

O ESTUDO DA NOÇÃO DE VALOR E O UNIVERSO DE APLICAÇÃO DO *DINHEIRO PRIMITIVO**

Leila Maria França**

FRANÇA, L.M. O estudo da noção de valor e o universo de aplicação do *dinheiro primitivo*. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 189-196, 2000.

RESUMO: Poucos são os estudos que abordam de maneira adequada os temas relativos às trocas - como circulação, valor e dinheiro - nas sociedades pré-capitalistas. Neste artigo, propomos algumas reflexões acerca do tema, baseadas numa bibliografia específica que nos permite instrumentalizar a noção do econômico tanto quanto compreender o seu funcionamento e as suas particularidades em relação aos fenômenos e categorias de uma economia de mercado.

UNITERMOS: Noção de Valor – Dinheiro Primitivo – Economias Pré-Capitalistas – Trocas nas Sociedades Antigas.

Um campo relativamente novo na pesquisa, o estudo da *Noção de Valor*, deriva da insatisfação dos pesquisadores da Numismática e da Antropologia Econômica quanto à conceituação superficial de dinheiro normalmente empregada nos estudos de economia existentes. Ao se trabalhar com a moeda grega dos primeiros tempos e sobretudo com os objetos pré-monetários que lhe antecederam, percebeu-se que havia algo mais em torno dessas unidades monetárias que lhes atribuía valor; algo estreitamente relacionado aos diversos valores daquela cultura, que extrapolava a esfera econômica,

e que não se limitava, portanto, às explicações de cunho materialista.

Além do valor-de-uso e do valor-de-troca estabelecidos por Marx (1980-81), havia qualquer substância ou atributo de valor que remontava a tempos mais antigos ou a estágios mais recuados das sociedades, relacionados às tradições mais caras de uma determinada cultura, estreitamente vinculadas à noção do sagrado e de *status* social.

Isto é facilmente apreendido na obra de Mauss (1971), que analisou, em seu texto clássico *Essai sur le Don*, o processo de troca nas sociedades indígenas dos EUA e Oceania. Trabalhando com as noções de *dom*, *contra-dom* e *reciprocidade* – noções universais – o autor destaca a íntima relação existente entre o valor mágico-religioso e o valor econômico nos chamados *objetos preciosos* que circulam naquelas culturas.

Em uma aplicação das idéias desenvolvidas por Mauss, Louis Gernet (1948) analisou o

(*) Este artigo faz parte de uma reflexão mais ampla acerca da Noção de Valor na Mesoamérica Pré-hispânica. Ver *Transformações da Noção de Valor na Mesoamérica: os 'Objetos Preciosos' como Intermediários nas Trocas Indígenas e o seu Encontro com a Moeda Metálica*. São Paulo, FFLCH/USP, 1999 (Dissertação de Mestrado).

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, doutoranda em Arqueologia.

significado dos *objetos preciosos* na tradição mítica grega, apresentando os contextos míticos nos quais eles aparecem, de maneira que a noção de valor neles implícita fosse evidenciada.¹ A relação do valor mágico-mítico com o valor econômico – neste caso, símbolo de riqueza – foi também por ele observada.

A existência de uma noção de valor fundamentada em outros valores sociais que não o econômico pode ser, ainda, comprovada por dois fatores muito importantes. O primeiro deles é o fato – que será discutido adiante – de que nessas sociedades não houve uma autonomia ou relevância do econômico em detrimento de outras esferas, de modo que toda circulação de bens estaria impregnada de outros fatores e preocupações que não o da simples satisfação de necessidades materiais. O segundo, derivado do primeiro, é que ao contrário do raciocínio Aristotélico – reforçado por Marx (1980-81) – estudos têm demonstrado que o *dinheiro primitivo* não surgiu das necessidades da troca, mas sua origem repousa, antes de tudo, em fatores não comerciais, entre os quais, nas necessidades de pagamento – de sangue (indenização por morte), nupcial, resgate, multa, recompensa –, de ornamentação de prestígio, e religiosas. Na verdade, ainda quando se defenda a origem comercial do *dinheiro primitivo* – ou seja, a constituição de um equivalente para intermediar as trocas – a eleição de um determinado objeto passa pela sua aceitação em esferas extra-econômicas (Einzig 1966: 346). Inversamente, em muitos casos em que outros sistemas monetários mais avançados alcançam uma cultura, o uso religioso e cerimonial do *dinheiro primitivo* se mantém (idem: 384).

Paul Einzig defende que a origem do dinheiro estaria relacionada predominantemente à necessidade de pagamento, sobretudo o matrimonial (idem: 382-384), opinião compartilhada, em grande medida, por Frederick Pryor (1977: 169), a partir da análise feita sobre o conjunto de 60 (sessenta) sociedades antigas e atuais, e por A. Hingston Quiggin (1949: 7-9).

(1) Referimo-nos, aqui, aos mitos nos quais os 'objetos preciosos' encarnam significados centrais na narrativa como por exemplo, o papel de prêmio atribuído ao tripé dos sete sábios (Diogenes Laercio, I 27-33) ou a virtude temível do tapete de púrpura de Agamenon (Ésquilo, 905-949), *apud*, Gernet 1948.

As funções ornamentais e cerimoniais dos objetos estariam, também, especialmente relacionadas ao seu uso monetário. Acredita-se que na grande maioria dos casos o uso de um objeto como ornamento anteceda sua função monetária (Einzig 1966: 366-369).

Para Bernard Laum (1924), o gado constitui um dos dinheiros mais antigo da humanidade, cujo valor é antes de tudo religioso. Segundo ele, na Grécia do Período Homérico o comércio era uma prática insignificante, o que torna mais plausível a hipótese de que a adoção do boi como unidade monetária tenha se desenvolvido a partir do sacrifício – que pode ser interpretado, também, como uma forma de *comércio* com os deuses.

Einzig acredita que *entre os fatores não comerciais que conduziram ao uso do dinheiro, o fator religioso merece especial atenção* (1966: 370). Os objetos teriam sido escolhidos por suas qualidades mágicas, seus poderes sobrenaturais ou, ainda, sofrido um processo de padronização em função de seu emprego no sacrifício aos deuses e nos ritos funerários. Um elemento que reforça essa possibilidade é o fato de que, em muitas comunidades indica-se a observância de ritos e regras aos *produtores* desses dinheiros no desempenho da tarefa sagrada (idem: 370).

De qualquer modo, ainda quando quisermos associar a origem do dinheiro a outros fatores não-religiosos, encontraremos dificuldades, uma vez que não é tarefa fácil tentar separar, nessas sociedades, as motivações religiosas daquelas que chamaríamos mundanas (idem: 376).

Em seu livro *A Survey of Primitive Money*, A. Quiggin, ao comentar essa substância inexplicável do *dinheiro primitivo*, afirma que, ao contrário dos critérios estabelecidos pelos economistas para definir dinheiro, *existe uma essência intangível que é mais importante do que aquelas...qualidades e muito mais difícil de definir. É uma qualidade ou virtude intrínseca adquirida pela reputação, associação ou uso, algo parecido com 'mana' na Oceania, com o que é, em geral, vagamente denominado 'fetiche' na África, ou 'sortilégio', entre nós. Isso torna tais objetos tão desejáveis que acabam 'passando por dinheiro'* (1949: 3).

Assim, George Dalton (1967: 255) afirma, ao comparar o dinheiro primitivo com o dinheiro moderno, que o primeiro *possui pedigree e personalidade, uso sagrado e conotações morais e emocionais*.

Esses e outros tantos exemplos que poderiam ser citados reforçam a idéia de que o relacionamento do homem com o dinheiro – em nosso caso, o *dinheiro primitivo* – é algo muito mais complexo e impregnado de um valor que é incompreensível à luz das categorias marxistas – embora elas não possam ser descartadas.

Tendo em vista tudo o que foi dito até aqui, se quando da sua origem, ou seja, num estágio mais recuado de desenvolvimento das sociedades, o *dinheiro primitivo* esteve estreitamente vinculado às esferas descritas acima, é de se supor, com o mínimo de razão, que em períodos posteriores – sobretudo anteriormente à predominância do mercado observada por Karl Polanyi (1980) – esses laços tenham se afrouxado em função do desenvolvimento das atividades comerciais, mas em hipótese alguma, se extinguido.

Tanto é verdade que ainda hoje utilizamos expressões que denotam esse passado como ‘Idade de Ouro’ ou conservamos práticas como jogar uma moedinha na fonte para fazer um pedido, evocando consciente ou inconscientemente, alguma entidade sobrenatural.

Mesmo nas chamadas sociedades *arcaicas* – na qual tanto a presença do Estado quanto de um comércio extremamente desenvolvido poderia nos desmotivar a encontrar tais traços – podemos observar inúmeros exemplos dessa relação indissociável entre o valor econômico e o valor tradicional, fundamentado em fatores extra-econômicos.

O lugar do econômico nas sociedades ‘primitivas’ e arcaicas²

Foi Karl Polanyi quem formulou de maneira clara a separação semântica da palavra *economia* em seus significados formal e real. O primeiro, de natureza racional, tem como pressuposto a escassez e se desenvolve a partir da eleição de

meios para se atingir os fins: por trás desse raciocínio está implícita a idéia de mercado – objeto da disciplina conhecida como *economia*. O segundo significado refere-se à economia empírica como *uma atividade institucionizada de interação entre o homem e seu meio que dá lugar a um suprimento contínuo de meios materiais para a satisfação de necessidades* (1976: 293).

A separação entre essas duas esferas de compreensão do *econômico* foi fundamental para o estudo das diversas economias existentes, uma vez que somente ela pode proporcionar os instrumentos adequados às Ciências Sociais na análise das economias não regidas pelo mercado. Assim, enquanto persistia a análise econômica baseada no sistema de mercado, pouco se podia apreender sobre as reais condições dos demais tipos de economia nas quais o mercado não existe ou não prevalece.

A partir, então, da noção de *economia real* foi possível perceber que a *economia humana está integrada e submersa em instituições de tipo econômico e extra-econômico*, sendo estas últimas de fundamental importância (idem: 295). Na ausência de um mercado controlador não há, portanto, a predominância do *econômico* sobre as demais instâncias das sociedades. Assim, *os elementos da economia estão agora integrados em instituições não econômicas. Todo o processo econômico está regido institucionalmente através do parentesco, o matrimônio, os grupos de idades, as sociedades secretas, as associações totêmicas e as solenidades públicas. O termo ‘econômico’ carece aqui de significado claro* (idem: 117).

Dentro desse tipo de organização, um indivíduo não pode *identificar como econômicas determinadas experiências, nem perceber algum interesse especial por seu próprio sustento* o que se explica, inclusive, pela ausência total de vocábulos para expressar o conceito de *econômico* (idem).

Marcel Mauss ao analisar a *Potlatch* dos indígenas do noroeste americano – um contex-

(2) Embora reconheçamos a inadequação do termo *primitivo*, não poderíamos prescindir dele pelo fato de que adquire sentido dentro do *corpus* teórico adotado, devido ao seu conteúdo conceitual. Na obra de Polanyi e seus seguidores, cujos estudos se inscrevem dentro de uma

lógica evolucionista, utiliza-se o *primitivo* como relativo à sociedade simples em oposição a *arcaico* – sociedade que atesta a presença do Estado, num estágio de desenvolvimento mais avançado. No estudo dos aspectos econômicos, essa distinção é extremamente importante.

to festivo, cerimonial onde se realizam trocas, com implicações político-sociais, jurídicas, morais que se refletem no cumprimento do ritual e na obrigação de dar, receber e devolver o dom, assim como de destruir bens – observou tratar-se de um *fato social total* em que *tudo acaba misturado* (1949: 157). Não se pode, portanto, *explicar o fenômeno social partindo de um fenômeno julgado causa, mas ligar todos os traços econômicos, jurídicos, religiosos, artísticos de uma sociedade dada e compreender como eles conspiram no mesmo sentido* (Lefort 1967: 64).

Mas, se não existe, em princípio, uma preocupação direta com a subsistência, como se organizam, afinal, as sociedades, de forma que o seu suprimento lhes seja garantido? E para nós, pesquisadores, como destacar e instrumentalizar essa noção de *econômico* que nos é indispensável na análise do *dinheiro primitivo*?

Karl Polanyi define como *puramente* econômicas as atividades de produção, transporte e transferências de bens voltados para a subsistência (1968a). A forma como cada sociedade institucionaliza essas atividades chamadas econômicas, dentro de um sistema de organização mais abrangente, é que lhe confere unidade e estabilidade. Teoricamente, distingue-se três formas básicas, chamadas formas de integração: *reciprocidade*, *redistribuição* e *troca*, as quais interagem em maior ou menor proporção dentro de determinada sociedade. A *reciprocidade* supõe movimentos entre pontos correlativos de agrupamentos distribuídos simetricamente; *redistribuição* consiste em movimentos de apropriação em direção a um centro, e num momento posterior desse centro para fora; e a *troca* consiste em movimentos recíprocos dentro de um sistema de mercado criador de preços.

Nas diversas sociedades podemos detectar esses três níveis de integração. Na sociedade asteca, por exemplo, a presença desses elementos é extremamente clara, através das trocas cerimoniais, do tributo e do mercado (*tianguiz*) respectivamente. É importante ressaltar que, embora a troca nas sociedades arcaicas de *economia camponesa* (Dalton 1967: 265) compartilhe características comuns com a economia capitalista – compra e venda de terra, trabalho, mercadorias e serviços, a

dependência do mercado para a satisfação de grande parte das necessidades da população e a função meio-de-troca (comercial) do dinheiro como a mais difundida – difere dela em dois pontos essenciais: na ausência de uma tecnologia moderna e sobretudo na *retenção de práticas culturais e organização social tradicionais* (idem: 266). É justamente nesse ponto que repousa a análise do valor – tradicional – daqueles objetos monetários utilizados nas trocas cerimoniais, no pagamento do tributo e, inclusive, *no mercado*. Afinal, não podemos esquecer que estes objetos são, antes de mais nada, *objetos preciosos*, cuja valorização remonta a tempos mais recuados, dada a preservação contínua de um passado mítico relativo às origens, associada, portanto, a experiências sociais diversas – de natureza religiosa, mítica, de prestígio, moral, jurídica – que lhes favorecem a circulação e lhes conferem valor.

O dinheiro primitivo

No mundo atual, quando buscamos uma definição para *dinheiro*, pensamos imediatamente na sua função como meio-de-troca, ou seja a sua potencialidade de comprar algo ou, ao contrário, de obtê-lo por meio da venda de algum bem. Na verdade, tal como o definiu Marx, o dinheiro é o *equivalente universal*, capaz tanto de medir e expressar o valor quanto de servir de meio de troca entre mercadorias que são intercambiáveis entre si (1980-81). A definição do dinheiro moderno, portanto está diretamente ligada à idéia de *mercado*. Embora outras funções não comerciais – como pagamento, taxas etc. – poderiam igualmente ser atribuídas ao dinheiro moderno, todas elas, hoje, estão submetidas às *leis* do mercado auto-regulável o qual, segundo Polanyi, constitui uma espécie de ser autônomo, acima do bem e do mal, que dita suas regras à sociedade conforme seus próprios interesses (1980).

Mas é preciso lembrar que nem sempre foi assim. Quando nos ocupamos de outras sociedades que não a capitalista ocidental ou as atuais que compartilham os efeitos de um mundo globalizado, encontramos um dinheiro com características muito diversas, entre as quais se

destacam as funções não-comerciais. Na verdade, uma reflexão sobre o *dinheiro primitivo* implica, antes de mais nada, num reconhecimento de suas particularidades, as quais estão intimamente relacionadas aos aspectos organizacionais e ao perfil específico das atividades chamadas *econômicas* dentro das sociedades que o empregaram.

G. Dalton, em sua análise sobre o tema, afirma que as melhores comparações entre o *dinheiro primitivo* e o ocidental pecam por falta de profundidade na análise da estrutura econômica e social nas quais operam. Segundo ele, *concentrar atenção sobre o que todos os dinheiros tem em comum significa descartar aquelas pistas – de como o dinheiro difere – as quais constituem expressões claras de diferentes organizações sócio-econômicas* (1976: 255). Para ele, é preciso entender que o dinheiro não é um fato isolado, separado portanto, de seu contexto social (idem: 280).

É este fato fundamental, portanto, que nos permite compreender o universo de aplicação do *dinheiro primitivo* em sua complexidade e diversidade e que, ao contrário do dinheiro moderno, não se define por sua função comercial, mas por um conjunto de práticas sociais de onde as trocas podem ser destacadas, não sem alguma dificuldade.

Em termos gerais, *dinheiro primitivo* pode ser definido como objetos quantificáveis utilizados como meio de pagamento, padrão de valor, entesouramento e troca (Polanyi 1968b: 191). O termo *quantificáveis* supõe que esses objetos possuam um certo grau de uniformidade que permita o cálculo da riqueza ou das operações citadas acima que podem ser comerciais ou não.

Algumas dessas operações ou funções podem se desdobrar em diversos contextos mais específicos, como é o caso do pagamento, entendido como a liberação de uma obrigação através da transferência desses objetos em forma de resgate, multa, casamento, recompensa, taxas etc.. Essa é um esfera especialmente importante nas chamadas sociedades *primitivas* e arcaicas, onde o uso do dinheiro, ao lado da utilização como padrão de valor, é mais difundido.

O padrão de valor ou unidade de conta constitui uma unidade abstrata que permite o cálculo da riqueza e os valores intercambiados.

Essa função do dinheiro está especialmente relacionada à necessidade de cálculo nas operações de troca em espécie, e nos sistemas redistributivos, uma vez que, nesses casos, somente algum padrão mental pode calcular os valores a serem trocados, armazenados e distribuídos.

O entesouramento consiste na acumulação de objetos como expressão de riqueza estando vinculados tanto ao pagamento quanto às trocas, pelo fato de que os objetos entesourados podem ter origem social, política ou comercial e, depois de armazenados, podem vir a ser utilizados para os mesmos fins.

Quanto às trocas, em termos de *dinheiro primitivo*, podem ser consideradas tanto as trocas comerciais – que requerem o uso de objetos quantificáveis, e supõe a existência de mercado em algum grau –, quanto as trocas cerimoniais (de presentes), fundamentadas nos princípios de reciprocidade.

Essa diversidade nas funções do dinheiro em contextos primitivos e arcaicos é responsável por uma variação bastante grande em relação aos objetos utilizados. Podemos compreender com mais clareza essa variação se tomarmos como exemplo, o dinheiro moderno.

Numa economia capitalista, o mercado é um elemento autônomo dentro da sociedade, direcionando, inclusive, as relações sociais. É *natural*, portanto, que o dinheiro seja representado quase que exclusivamente por um único objeto em função de sua aceitação no mercado (Polanyi 1968b: 178). Já o *dinheiro primitivo* que atua dentro de sociedades com um alto grau de integração, não possui um elemento unificador, ainda que consideremos o poder que nelas exerce a esfera espiritual:³ aqui, é possível distinguir diferentes esferas de circulação, nas quais se observa o uso de diferentes objetos com funções monetárias diversas. Ao observar essa diferença fundamental, Karl Polanyi denominou '*all-purpose money*' aquele primeiro tipo, unificado pelo mercado; e o segundo, devido à sua variabilidade e aplica-

(3) Apesar de não ser um *elemento unificador*, a esfera religiosa exerceu, sem dúvida, uma forte influência sobre o valor do *dinheiro primitivo* nas diversas culturas. Ver França (1999).

ções específicas, '*special-purpose money*' (idem: 178-179).

Essa distinção é da máxima importância não somente para a compreensão do funcionamento do *dinheiro primitivo*, mas sobretudo dos resultados do confronto entre este e dinheiro moderno.

Paul Bohannan, no final da década de 50, aplicou esses princípios a fim de tornar inteligível a situação dos Tiv – um grupo africano que vivia experiências econômicas, sociais e morais extremamente conflitantes, após a introdução da moeda pelos ingleses (Bohannan 1967). Em seu estudo, o autor observou que os Tiv possuíam uma economia multicêntrica, com três esferas de troca bem definidas: subsistência, prestígio e casamento. Cada uma dessas esferas possuía suas particularidades, suas unidades monetárias próprias, sendo que as duas últimas se caracterizavam por um conteúdo moral extremamente acentuado. A partir do contato, os ingleses elegeram como dinheiro universal (*all-purpose money*) dos Tiv, uma de suas unidades – as varas de metal, que circulavam tradicionalmente, apenas na esfera de prestígio e como indenização nas dívidas de casamento – estabelecendo equivalências com a moeda inglesa. O resultado mais dramático foi, além da desconfiança no novo dinheiro, uma crise geral dos valores daquele povo, através da falência de seu sistema de trocas sociais. Segundo o autor, *o dinheiro para todos os propósitos provê um denominador comum entre todas as esferas, tornando assim, os itens, dentro de cada uma delas, expressáveis em termos de um único padrão e consequentemente, imediatamente intercambiáveis entre si*. Por essa razão, *esse novo dinheiro é incompreensível para os Tiv* (idem: 132).

Podemos afirmar, portanto, que todo o problema se resume no fato de que o dinheiro universal foi introduzido numa sociedade onde, em princípio, somente o dinheiro para fins especiais era conhecido, ao mesmo tempo, em que identificamos aí, a origem da problemática da introdução da moeda metálica nas sociedades tradicionais e suas conseqüências desastrosas.

Quanto às suas características o *dinheiro primitivo* tem sido analisado pelos especialistas por comparação ao dinheiro moderno e sua universalidade, em termos de *limitações*. Isto porque, ao *dinheiro primitivo* não é possível

preencher todos os requisitos propostos pelos economistas – que partem de uma definição de dinheiro moderno – devido aos seus traços específicos e as particularidades de seu emprego.

De maneira geral, além da questão fundamental, já apontada, sobre os diversos usos do dinheiro – o que requer o emprego de objetos diferentes – pode-se dividir as chamadas limitações em três níveis diversos: limitações físicas, limitações de origem sócio-cultural e limitações econômicas.

A questão relativa aos critérios físicos para a utilização do dinheiro diz respeito às qualidades intrínsecas e extrínsecas do material monetário para sua perfeita operacionalização: utilidade e valor, portabilidade, indestrutibilidade, homogeneidade, divisibilidade, estabilidade do valor, reconhecibilidade, qualidades derivadas da utilização do metal, como sendo o *dinheiro por excelência*. Os especialistas concordam que seja impossível levar em conta todos os critérios no que se refere ao *dinheiro primitivo*; do contrário, haveria poucas sociedades primitivas com dinheiro (Einzig 1966, Pryor 1977). Entretanto, dentro da abrangência material do *dinheiro primitivo*, pode-se encontrar objetos que atendam mais ou menos a essas requisitos. Esses critérios estão fortemente vinculados à idéia de eficiência nas operações e, embora sejam muito pertinentes no que diz respeito a transações que visam a subsistência – não o são, necessariamente, quando outros elementos sociais estão presentes, como a idéia de prestígio veiculada através dos *vaygu'a* (braceletes e colares de conchas) nas Ilhas Trobriand (Mauss 1971), do colar de contas de jade na Mesoamérica (França 1999) e do gado em numerosas culturas (Einzig 1966, Quiggin 1949).

O segundo nível de *limitação* diz respeito às peculiaridades geográficas, etnológicas e sociais. O uso do *dinheiro primitivo*, geralmente, está circunscrito a uma área específica, uma aldeia ou uma comunidade, o que pode dificultar as transações tanto no nível interno quanto externo. No mesmo sentido correm as limitações de ordem etnológicas, que levam um grupo a utilizar objetos monetários diferentes para si (comércio interno) e para o comércio com outras comunidades.

Quanto às *limitações sociais* podem obedecer aos critérios prestígio e sexo: em

numerosas sociedades alguns objetos são de uso exclusivo das camadas dirigentes como os colares de contas na Nova Caledônia e o ébano em comunidades africanas; em outras, os objetos têm seu uso restrito ao sexo masculino ou feminino, como entre os Yap, onde as conchas de madre pérola têm seu uso restrito à mulheres, ou em diversas partes da África em que as pontas de lanças e flechas reservam-se ao uso exclusivo dos homens (Einzig 1966).

Com relação às *limitações econômicas*, ou seja, tendo como parâmetro a economia capitalista, são considerados como limitantes os seguintes fatores: 1) a ocorrência de um volume de comércio muito pequeno em determinadas comunidades devido à sua organização ou estágio de desenvolvimento; 2) prática muito difundida de troca direta de mercadorias, que dispensaria o uso do meio de troca ou dinheiro; 3) aceitação do *dinheiro primitivo* que nem sempre é automática, pois como se sabe, o dinheiro é antes de tudo, uma convenção e objeto de unanimidade, condição que nem sempre é plenamente atendida na ausência de Estado como interventor; 4) aceitação restrita a alguns tipos de mercadoria e serviços, de acordo com as necessidades locais; 5) existência de diversos objetos que concorrem entre si dentro da mesma esfera ou fora dela, que não propicia a uniformização do sistema (idem).

Todos esses fatores são considerados *limitações* pelo fato de que impedem a existência de um equivalente universal, uma visão, como já vimos, nascida da perspectiva econômica que não consegue pensar no fenômeno *dinheiro* independentemente do comércio e do mercado.

Paul Einzig reconhece que essas *limitações* – que chamaríamos *particularidades* – reduzem a importância do dinheiro nessas sociedades mas não interferem em seu desempenho. Segundo ele as *limitações surgidas da estrutura social de uma comunidade simplesmente significam que o meio de troca está operando de acordo com os requisitos daquela estrutura*. (idem: 435). É nesse sentido que Polanyi reconhece o dinheiro primitivo como *símbolo...de situações sociais definidas* (1968b:176).

Considerações finais

O universo de aplicação do *dinheiro primitivo* propõe, portanto, questões muito

diferentes daquelas às quais estamos habituados dentro do raciocínio econômico e, por isso mesmo, devem ser objeto de muita atenção.

Embora o estudo da esfera econômica nas sociedades primitivas e arcaicas envolva grandes dificuldades teórico-metodológicas que nos obrigam, muitas vezes, a utilizar categorias inadequadas para a apreensão do *econômico*, não se pode perder de vista a especificidade desses sistemas sócio-culturais que se caracterizam pela integração e totalidade.

Considerações acerca do *dinheiro primitivo*, por mais precisas e consistentes que possam ser, não podem prescindir desse olhar antropológico, o qual, aliás, não nos permite rotular todos esses fatores – justamente eficazes dentro de sua estrutura de funcionamento – como *limitantes*, mas como particularidades relativas ao seu desempenho nessas sociedades.

O *dinheiro primitivo* – sob forma dos mais variados objetos – caracteriza-se, acima de tudo, pelo valor simbólico resultante de seu desempenho nas diversas esferas da vida social, o que determina, inclusive, a sua eleição como instrumento monetário. Embora seu uso envolva um consenso em torno de seu valor, não é absolutamente uma convenção, como o dinheiro moderno. Ao contrário deste último – impessoal, capaz de subjugar toda espécie de bens e de relações ao mercado – o dinheiro primitivo possui um valor intrínseco, vinculado a contextos extra-econômicos que o tornam um objeto único dentro de esferas específicas de circulação.

Finalmente, o estudo da noção de valor constitui um instrumento importante na análise das sociedades. Na medida em que o uso dos objetos monetários extrapola a esfera *econômica*, o estudo de sua trajetória e funcionamento dentro de uma dada cultura pode, sem dúvida, ampliar nosso conhecimento sobre a sociedade em seu conjunto. O mesmo ocorre com a temática da mudança cultural: as poucas análises do processo de substituição monetária demonstraram a possibilidade de abordar aspectos antes pouco visíveis em contextos de conquista e colonização, como por exemplo, a relação existente entre a introdução da moeda e a desestruturação das relações sociais tradicionais através de sua simplificação à lógica do mercado, fenômeno ainda pouco explorado, mas cujo estudo poderá produzir excelentes resultados.

FRANÇA, L.M. Primitive money and the study of value. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 189-196, 2000.

ABSTRACT: Specific studies of exchange, value and money in pre-capitalistic societies are still very few. This article's main goal is to approach these conceptual categories through the use of a specific bibliography which, we believe, will take us to a better understanding of 'primitive' and archaic economies.

UNITERMS: Notion of value – Primitive money – Precapitalist economies – Exchange in ancient societies.

Referências bibliográficas

- BOHANNAN, P.
1967 *The Impact of Money on an African subsistence Economy*. G. Dalton (Ed.) *Tribal and Peasant Economies*. New York, The Natural History Press: 123-135.
- DALTON, G. (Ed.)
1967 *Tribal and Peasant Economies*. New York: The American Museum of Natural History, The Natural History Press.
1968 *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Boston: Beacon Press.
- EINZIG, P.
1966 *Primitive Money*. Glasgow: Blackie and Son Ltd., 2a. ed. (revised and enlarged).
- FRANÇA, L.M.
1999 *Transformações da Noção de Valor na Mesoméria: os 'Objetos Preciosos' como Intermediários nas Trocas Indígenas e o seu Encontro com a Moeda Metálica*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, F.F.L.C.H./ USP.
- GERNET, L.
1948 La notion mythique de la valeur en Grèce. *Journal de Psychologie*: 415-462.
- LAUM, B.
1924 *Heiliges Geld: Eine Historische Untersuchung ueber den sakralen Ursprung des Geldes*. Tübingen.
- LEFORT, C.
1967 A troca e a luta dos homens. C.H. Esbar (Ed.) *O Método Estruturalista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 64-79.
- MARX, K.
1980 A Mercadoria; A Troca; O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAUSS, M.
1971 Ensaio sobre los dones. Razón y forma del cambio en las sociedades primitivas. *Sociología y Antropología*. Madrid, Editorial Tecnos. Parte II: 155-263.
- POLANYI, K.
1968a On the Comparative treatment of Economic Institutions in Antiquity with illustrations from Athens, Mycenae and Alalakh. G. Dalton (Ed.) *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Essays. Boston, Beacon Press: 306-334.
1968b Semantics of Money-Uses. G. Dalton (Ed.) *Primitive, Archaic and Modern Economies*. Essays. Boston, Beacon Press: 175-203.
1980 *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C.M.; PEARSON, H.W.
1976 *Comercio y Mercado en los Impérios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitária.
- PRYOR, F.L.
1977 *The Origins of the Economy. A Comparative Study of Distribution in Primitive and Peasant Economies*. Nova Iorque: Academic Press.
- QUIGGIN, A.H.
1949 *A Survey of Primitive Money. The beginning of Currency*. Nova Iorque: Barnes & Noble, Inc/Londres: Methuen & CO. Ltd.

Recebido para publicação em 15 de outubro de 2000.